

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019/SMCSU

O Município do Rio Grande, neste ato representado pelo Secretário de Município de Controle e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, **torna público para o conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019/SMCSU, para fins de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS**, para apresentação de projetos dos interessados em firmar Termo de Permissão de Uso de espaço público para fins publicitários em diversas praças e parques do Município do Rio Grande/RS, mediante instalação de máquinas automáticas para fornecimento de água quente e gelada filtradas em praças e parques do Município.

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, nos termos das condições estabelecidas neste edital.

Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO exigida no presente Edital deverão ser entregues impreterivelmente até a data da sessão pública a ser realizada nas dependências da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Buarque de Macedo, 499 – Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS **no dia 15 de agosto de 2019 com início às 14 horas, horário de Brasília - DF.**

1 - DO OBJETO

1.1 Constituem objeto deste Edital, o credenciamento de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que tenham interesse em apresentar projeto para outorga de permissão de espaço público para fins publicitários em diversas praças e parques do Município do Rio Grande/RS, mediante disponibilização de máquinas automáticas para fornecimento de água quente e gelada filtradas, durante 24(vinte e quatro) horas por dia, sem ônus financeiro ao Município e/ou aos munícipes usuários dos referidos serviços, proporcionando à população a facilidade de obtenção de água para consumo quando em sua permanência nas praças e parques do Município, mediante Termo de Permissão de Uso.

1.2 Os quantitativos e locais para instalação dos equipamentos serão designados pelo município do Rio Grande, disponibilizando, de forma gratuita, água quente e gelada filtradas à população, 24 horas por dia.

1.3 A instalação dos equipamentos, será acompanhada pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, que instruirá quanto à melhor localização dos mesmos, assim como, quanto às ligações de energia elétrica e água necessárias.

1.4 A Permissionária será responsável pelos custos e despesas para a instalação e manutenção dos equipamentos autorizados.

1.5 Fica vedada qualquer alteração quanto à instrução da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, sob pena de rescisão imediata do referido Termo.

1.6 A Permissão de uso não será remunerada, somente terá contrapartida da permissionária.

2 DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

2.1 A permissão de uso será firmada mediante Termo, onde constarão dentre outras obrigações da Permissionária:

- a) a instalação e manutenção do equipamento, com o cumprimento das normas técnicas inerentes a cada uma das fases;
- b) a divulgação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da marca do Município;
- c) a contratação de responsável técnico pela instalação e manutenção do equipamento, com respectiva ART;
- d) a substituição dos equipamentos com problemas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da informação sobre defeito;
- e) a retirada do equipamento no prazo de 05 (cinco) dias a contar da comunicação por parte do Permitente.

2.2 Serão destinados 5% (cinco por cento) do espaço para publicidades institucionais, de utilidade pública e cunho educativo, cuja despesa será suportada pelo Município, sendo a mesma substituída na frequência que o mesmo entender necessário.

2.3 A Permissionária deverá encaminhar previamente para a Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, *layout* do material de publicidade a ser colocado em cada

A

equipamento, assim como relação das empresas interessadas, para análise, aprovação e liberação para instalação.

2.4 Caberá ao Poder Executivo, através da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, a vistoria e a fiscalização periódica quanto ao estado de conservação e a utilização dos bens, sendo a conservação das instalações e da propaganda exibida, será de responsabilidade da Permissionária, cabendo-lhe utilizar-se do direito de ação contra terceiros, responsáveis por danos causados as mesmas.

2.5 A Permissionária deverá contratar seguro para salvaguardar de responsabilidades e coberturas indenizatórias de possíveis danos materiais e pessoais.

2.6 A Permissionária deverá apresentar a cada 06 (seis) meses, junto a Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, laudo referente à vistoria em todos os equipamentos instalados.

2.7 A permissionária deverá manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame., bem como se responsabilizar pela segurança do equipamento.

3 DOS PRAZOS

3.1 A Permissão será outorgada em caráter precário, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, desde que haja manifesto de interesse pela Permissionária com antecedência de 30 (trinta) dias do vencimento, a ser analisada pela Administração Municipal e de acordo com a legislação aplicável.

3.2 O prazo de instalação do primeiro equipamento em local a ser definido pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos é de até 30 dias (trinta) dias a contar da assinatura do Termo, devendo ser apresentado na ocasião um cronograma de instalação, com prazo máximo de 90 (noventa) dias para a colocação de forma integral de todos os equipamentos a serem viabilizados.

3.3 A Permissão poderá ser revogada, a qualquer tempo, por força de juízo de conveniência e oportunidade da Administração, mediante ato motivado.

3.4 A Permissão poderá ser extinta no caso de descumprimento, por parte do Permissionário, de qualquer das cláusulas constantes no Termo de Permissão ou das normas do ordenamento jurídico vigente, Federal, Estadual ou Municipal, especialmente aquelas de caráter ambiental, urbanístico, edilício, tributário e de posturas, sem direito a aviso prévio.

3.5 A Permissionária poderá desistir da continuidade da Permissão, desde que por razões justificadas por meio de requerimento formal, cabendo ao Município a análise.

3.6 A Permissionária, ao encerramento do Termo de Permissão e independente do motivo, terá o prazo de 05 (cinco) dias para efetivar a completa desinstalação do equipamento, devendo a área Pública ser entregue nas mesmas condições em que se encontrava no início, ficando assim responsável e obrigado ao pagamento de quaisquer eventuais despesas e/ou danos materiais causados ao patrimônio público, relativo ao mau uso nos citados endereços das instalações nela existentes.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar do presente Chamamento Público qualquer pessoa jurídica que atenda às exigências constantes deste edital, comprovando preencherem os requisitos mínimos de qualificação exigidos, inclusive no que se refere aos documentos requeridos na habilitação conforme item 5.1 deste Edital, que cumpram todas as exigências da legislação urbana e ambiental de proteção da paisagem urbana com objetivo de propiciar e estimular ações a um comportamento mais sustentável e ambientalmente correto à população.

4.2- Ficam impedidos de participação do Edital, aqueles cujas atividades estejam relacionadas a cigarros e congêneres e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas, pelo Poder Público, impróprias aos objetivos propostos neste regulamento ou **quando**:

4.2.1- declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Município de Rio Grande ou de outros Municípios da Federação;

4.2.2- sob processo de concordata ou falência;

4.2.3- impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública;

4.2.4- impedidas de licitar, de acordo com o previsto no Artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.5- Não será permitida a participação de empresas cujos dirigentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município ou de suas fundações e autarquias, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei 8.666/93.

4.3- As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, Anexos e das condições gerais e particulares do objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo para o integral cumprimento do Contrato.



5 -DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE

5.1 - DA HABILITAÇÃO

5.1.1 - Os documentos de Habilitação, exigidos no presente Chamamento Público deverão ser apresentados em envelope fechado, indevassável identificado conforme modelo de etiquetas abaixo e deverá ser entregue fechado, na sessão pública a ser realizada na data e hora indicada no preâmbulo deste Edital, não sendo aceito envelopes com atraso.

Razão Social da Empresa

ENVELOPE - Documentação de Habilitação CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019/SMCSU

5.1.2. Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) Declaração que cumpre com o princípio constitucional descrito no artigo 7º, inciso XXXIII ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos" - exigência introduzida pela Lei Federal nº 9.854/99), com previsão de que eventual revelação da infringência acarretará imediata inabilitação ou desclassificação, conforme o caso.

5.1.3. Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



- b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda e Seguridade Social (INSS);
- c) **Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- d) **Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- e) **Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.
- g) **Alvará de localização fornecido pelo Município**, pertinente ao seu ramo de atividade, compatível com o objeto do edital, juntamente com comprovante de validade vigente.

5.1.4. Qualificação Econômica - financeira:

- a) **Certidão Negativa de Concordata, Falência ou Recuperação Judicial do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente**, emitida a menos de 30 dias da data de abertura do Edital.

5.1.5. Qualificação técnica e Operacional:

- a) **Declaração de Idoneidade e de Capacidade Operativa**, para licitar ou contratar com a administração pública, declarando sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação e que possui capacidade operativa conforme modelo deste Edital.
- b) **Prova constituída, mediante apresentação de atestado(s), expedido (s) por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a aptidão da empresa para fornecimento do objeto compatível a este edital, comprovando a eficiência e eficácia do produto apresentado.**
- c) **Manifestação de interesse**, conforme modelo constante no anexo do Edital.
- d) **Apresentação de Projeto com proposta**, conforme descrições e informações solicitadas e constantes no anexo do Edital;



5.2- Fica reservado ao município Rio Grande, o direito de rejeitar qualquer pedido de habilitação, ou todos eles, fundamentadamente.

5.3. Fica proibido o recebimento de documentos fora dos prazos estabelecidos neste edital.

6-DO EXAME DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS, FISCAIS E ECONÔMICOS

6.1- A documentação será examinada pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos para constatação da conformidade com este edital.

6.2- Durante a análise dos documentos poderá ser solicitado ao interessado informações e documentos adicionais que complementem o processo de Habilitação.

6.3- A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá proceder a diligências em documentos ou instalações e equipamentos do interessado a fim de fundamentarem seu parecer.

6.4- Julgando necessário, poderá solicitar parecer especializado de qualquer órgão Municipal ou Estadual, para subsidiar suas decisões, não só para o exame de documentos jurídicos fiscais e econômicos, mas também para avaliação da capacidade técnica e operacional.

7- DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

7.1- A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos procederá à avaliação da viabilidade técnica e operacional dos interessados.

7.2- Havendo necessidade, Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá solicitar informações e documentos complementares, inclusive desenhos e plantas das instalações físicas dos requerentes, e relação e catálogo de equipamentos utilizados em cada procedimento.

7.3- Para verificar a viabilidade operacional a Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos poderá solicitar a qualquer tempo a relação de compromissos assumidos pelo interessado que importem em diminuição de sua capacidade operativa para atendimento ao município do Rio Grande.

8- DA DECISÃO



8.1- Após a análise da documentação Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos emitirá seu parecer, sendo registrado em ata e anexado aos autos do processo da Chamada Publica nº 001/2019/SMCSU.

8.2- Todas as decisões serão publicadas no site oficial do Município.

8.3- Será selecionado para o serviço o interessado que atender a todos os requisitos do presente Edital e obtiver maior pontuação na avaliação da experiência e da capacidade operacional conforme previsto no Item 9 deste edital.

9-DA SELEÇÃO DA ENTIDADE PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO

9.1 – Para efeito de avaliação e pontuação será analisado a **experiência e a capacidade operacional** que obedecerá aos seguintes parâmetros:

- a) Experiência e capacidade operacional 10 (dez) pontos para cada atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado, que constate a aptidão da empresa para fornecimento do objeto compatível a este edital, comprovando a eficiência e eficácia do produto apresentado. **Máximo 40 pontos**
- b) Projeto com proposta, conforme descrições e informações solicitadas, constante no anexo II. **Máximo 60 pontos**

Total 100 pontos;

9.2- A nota de cada projeto será obtida pelo somatório dos pontos de cada aspecto avaliado, conforme critério de classificação e aprovação definidas acima.

9.3- A pontuação mínima necessária para habilitação é de 50 (cinquenta) pontos.

9.4- A seleção da empresa para a formalização do contrato será feita pelo município através de parecer fundamentado emitido pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, pontuando-se cada um dos critérios de seleção acima elencados, fundamentando as razões para a sua escolha, com base nos critérios de avaliação enumerados neste edital.

9.5-Serão habilitadas todas as empresas aprovadas, sendo selecionada para a celebração do contrato, somente uma empresa, observando a ordem de classificação.

10 RESULTADOS E HOMOLOGAÇÃO



10.1 Os resultados da seleção dos projetos serão publicados pela Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos no dia **20 de agosto de 2019** em mural na sede da secretaria e no site do Município.

10.2 A Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos reserva-se ao direito de recomendar ou solicitar ao selecionado deste Edital, ajustes nos projetos de oferta de serviços e/ou arquitetônico, no intuito de melhor atender a população e de se adequar ao local de instalação.

10.3 Em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação dos resultados, a Comissão, notificará o Proponente para assinatura do Termo de Permissão de Uso e do Termo de Início das instalações dos equipamentos.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Serão desconsideradas as propostas que estejam em desacordo com este Edital.

11.2 A entrega do envelope de propostas do projeto vincula a declarante à veracidade das informações prestadas assim como anuência aos termos do Edital e a comissão terá autonomia para eliminar projetos, a qualquer momento, quando constatada a ocorrência de fraude.

11.3 As informações a respeito do cadastramento das empresas junto ao Município do Rio Grande poderão ser obtidas na Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Buarque de Macedo, 499 – Bairro Cidade Nova – Rio Grande/RS, no horário das 08h00min h às 11h00min h e das 14h00min h às 17h00min h de segunda a sexta-feira ou pelo Fone: (53) 3232.3437.

11.4 O município Rio Grande se reserva ao direito de revisar, suspender ou cancelar unilateralmente este Edital, no todo ou em parte, até a publicação do resultado final, sempre que houver impossibilidade na sua execução ou surgirem motivos impeditivos a sua continuidade, não cabendo aos participantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

11.5 Antes do início da instalação do equipamento nos locais designados pelo Município, a Permissionária deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de Projeto e Execução, com o respectivo comprovante de quitação bancária, devidamente preenchida e assinada pelo Responsável Técnico para instalação do denominado equipamento constante deste Edital.

11.6 A participação neste Chamamento Público implica na aceitação integral e irretratável pelos participantes nos termos, cláusulas e condições deste Edital, que passarão a integrar as obrigações da Permissionária, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo ou na sua execução.

11.8 Integram este Edital os seguintes anexos: Anexo I – Manifestação de interesse; Anexo II- Modelo de Projeto e Proposta; Anexo III- Declaração de cumprimento do Art. 7º da CF; Anexo IV- Declaração de Idoneidade e de Capacidade Operativa e Anexo V- Termo de Permissão de Uso.

Rio Grande, 16 de julho de 2019.



Dirceu Silva Lopes
Secretário - SMCSU